

**UM EXERCÍCIO DE COMPARAÇÃO ENTRE OS ENCLAVES DE CABINDA E
CASAMANCE: SEPARATISMO E NACIONALISMO NA ÁFRICA
CONTEMPORÂNEA****A COMPARISON EXERCISE BETWEEN THE ENCLAVES OF CABINDA AND
CASAMANCE: SEPARATISM AND NATIONALISM IN CONTEMPORARY
AFRICA**

Resumo: Este texto propõe um exercício de comparação entre dois casos de separatismo político presentes atualmente no continente africano: Cabinda/Angola e Casamance/Senegal. Apresenta como metodologia a observação de semelhanças e as diferenças entre as duas regiões, a partir da apresentação histórica dos casos, análise da emergência dos movimentos separatistas e relação destes com luta anticolonial e projetos nacionalistas (Angola, Guiné-Bissau e Senegal). Por fim, este trabalho visa problematizar os desdobramentos dos conflitos separatistas na história recente (1980-2000), ao refletir sobre como a guerra fria relacionou-se com os processos regionais de descolonização, construção dos nacionalismos africanos e desdobramentos da guerra colonial portuguesa, apontando, por fim para a multipolaridade em torno dos interesses políticos regionais bem como seus desdobramentos ainda hoje presentes nas duas regiões.

Palavras-chave: Cabinda. Casamance. Separatismo. Nacionalismo. África.

Abstract: This text proposes a comparison exercise between two cases of political separatism currently present on the African continent: Cabinda/Angola and Casamance/Senegal through analysis of similarities and dissimilarities between the two regions, from the historical presentation of the cases, the emergence of separatist movements and the relationship them with anti-colonial struggle and nationalist projects (Angola, Guinea-Bissau and Senegal). Finally, this work aims to problematize the unfolding of separatist conflicts in recent history (1980-2000), by reflecting on how the cold war was related to regional processes of decolonization, construction of African nationalisms and developments of the Portuguese colonial war, pointing out, finally to the multipolarity around regional political interests as well as its unfoldings that are still present in both regions.

Keywords: Cabinda. Casamance. Separatism. Nationalism. Africa.

Camille Johann Scholl

Doutora em História
pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
(PUC/RS)
camille.scholl@acad.pucrs.br

Roger Machado Marques

Mestre em História
pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
(PUC/RS)
rogermachadomarques@gmail.com

Introdução

Este texto visa apresentar um exercício de comparação entre dois casos de separatismo político presentes atualmente no continente africano: Cabinda/Angola e Casamance/Senegal. Pretende-se refletir sobre as semelhanças e as diferenças entre as duas regiões, partindo de uma análise que tem como foco uma perspectiva histórica quanto à formação dos movimentos separatistas, congruente à construção de identidades e nacionalismos do *Mouvement des forces démocratiques de la Casamance* /Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC) e da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

A análise estrutura-se em dois planos: (I) em perspectiva sincrônica, de maneira a examinar as semelhanças e diferenças dos casos e; (II) em perspectiva diacrônica, esboçando a forma com que os movimentos separatistas se constituíram e se transformam ao longo do tempo. Concomitantemente, nos dois planos, procura-se considerar os processos históricos em curso, em diferentes escalas, do global ao local, partindo do pressuposto de que os referidos conflitos que ocorrem nas regiões de Casamance e Cabinda são mais bem compreendidos a partir de um olhar histórico relativo aos processos de descolonização, dos nacionalismos africanos e da guerra colonial portuguesa.

O texto é dividido em três partes: uma primeira que trata da apresentação histórica dos casos, uma segunda, que discorre sobre a emergência dos movimentos separatistas e, uma terceira, que trata da relação de ambos os movimentos separatistas com luta anticolonial e projetos nacionalistas (Angola, Guiné-Bissau e Senegal). Por fim, em uma quarta parte, visa problematizar os desdobramentos dos conflitos separatistas na história recente (1980-2000), considerando, por fim de que forma a guerra fria, interpretada a partir de um olhar historiográfico renovado (Latham, 2010; Bradley, 2010; Fonseca e Genoud, 2012; Burton, 2012; Westad, 2013).

1. Cabinda/Angola e Casamance/Senegal: apresentação histórica dos casos

Casamance é um território que faz parte da República do Senegal e constitui-se como um enclave situado entre três estados nacionais: ao norte; faz fronteira com a Gâmbia e, ao sul com Guiné Bissau e Guiné Conacry. Em seu substrato histórico, trata-se de uma região de ocupação Mandinga (o nome Casamance remete aos “mansas” do antigo “Império do Máli”) e trânsito comercial com os portugueses (séculos XVI a XVIII). Posteriormente, teve dominação política de colonização francesa (século XIX), quando do estabelecimento das “quatro comunas” na região (Dakar, Rufisque, Saint Louis e Goréia) e da assinatura do “Tratado de Paris” que delimitou o domínio do território do Rio Gâmbia à Coroa Inglesa^[1] (a possessão inglesa da “Gâmbia”). Por seu turno, o domínio da região do Rio Casamance e de Ziguinchor foi acordado entre portugueses e franceses^[2], no contexto logo após a Conferência de Berlim (1884-1885), com o “acordo luso-francês” que estabelece a posse francesa da região, mantendo a fronteira porosa em relação aos domínios portugueses ao sul, na Guiné Portuguesa, evidenciado sobretudo pelos trânsitos da etnia Diola na região.

Já o Enclave de Cabinda é um território que faz parte da República de Angola, situado ao Norte da margem esquerda do rio Zaire/Congo - região fronteira com as atuais República do Congo e a República Democrática do Congo (respectivamente o Congo-Brazzaville ou ex-Congo Francês e Congo-Kinshasa ou ex-Congo Belga). Seu substrato histórico está estritamente relacionado com a definição de fronteiras durante os anos da Conferência de Berlim (1884-1885). Desta forma, foram estabelecidos os limites geográficos entre os três Congos: Congo Francês, Congo Belga e Congo Português. Em tal conjuntura deu-se o nascimento de Cabinda, quando em 1 de fevereiro de 1885 as autoridades representantes dos três pequenos reinos de Kakongo, Loango e Ngoio juntamente com o comandante Guilherme Augusto de Brito Capelo, então representante da coroa portuguesa na ocasião, presentes na localidade Simulambuco no interior do Reino de Ngoio assinaram o Tratado de Simulambuco^[3]. No contexto da assinatura do Tratado, os habitantes de Cabinda acreditavam que entre as potências europeias em disputa pela influência na região, os portugueses pareciam o “mal menor” (Almeida, 2013, p. 70). No entanto, a tese mais defendida é que o tratado foi articulado conforme os interesses da família Puna originária de Simulambuco, especificamente segundo os planos de Manuel José Puna, o Barão de Cabinda, que via na aliança com os portugueses o meio mais seguro para a manutenção do status e poder político das elites locais, aspectos intimamente ligados a escravidão (Madureira, 2001, p. 120).

Tanto para o caso de Cabinda quanto para o de Casamance, pode-se constatar que a questão da delimitação de fronteiras remete ao processo histórico da Conferência de Berlim e, na mesma medida, ambos se relacionam com as reivindicações coloniais portuguesas, as quais encontraram resistência por parte, por exemplo, da França e Bélgica, que utilizavam-se do argumento de que Portugal nunca teria ocupado os territórios descobertos de forma efetiva.

Considerando o caso de Casamance, em decorrência da referida Conferência, é exarado um decreto que dividiu as possessões francesas no Senegal em dois sistemas administrativos: administração direta das “Quatro Comunas” e as demais regiões são designadas “pays de protectorat” / “protetorado, ou seja, uma administração indireta (Fadul, 2002). Nesta última, enquadra-se Casamance, que foi gerida pelos franceses de forma separada do Senegal até o final da Segunda Guerra Mundial (Ginio, 2006).

Em paralelo, ao olhar para o caso de Cabinda no mesmo período, há um enfraquecimento do domínio político em relação à posição de Portugal na região norte de Angola, a qual corresponde ao atual território do Enclave de Cabinda, uma realidade que remonta à época do rompimento de relações entre a coroa portuguesa com o reino do Congo, quando a atenção dos portugueses para o comércio escravista passou a ter seu centro de atividades ao sul, nos atuais territórios de Luanda e Benguela. Naquele momento, a localidade onde hoje é Cabinda passou a ter relações comerciais com ingleses e franceses, sem qualquer controle fiscal da coroa portuguesa (Madureira, 2001, p. 39). Esses momentos da história regional serviam de argumento a favor das demais potências colonialistas europeias na segunda metade do século XIX. Por conseguinte, Portugal recorreu à assinatura de tratados com as elites das regiões sob sua influência^[4] (Pinto, 2006, p. 255).

Observando os processos históricos de ambas as regiões, pode-se perceber que estes relacionam-se com o estabelecimento de uma administração colonial indireta, conformando protetorados, concomitante e após a Conferência de Berlim^[5]. Neste ponto, vale salientar que havia diferenças entre os estatutos de colônia e protetorado. Considerando a arguição de Mangovo (2012, p. 149), ao explicitar que um território tido como “colônia” tinha estatuto de condicional independência e reconhecimento externo, nada obstante, limitados pelo estado protetor. Por seu turno, o “protetorado” compreendia a não existência de um reconhecimento externo, apesar da soberania interna ser assegurada pelo estado protetor. Entretanto, com base em bibliografia compilada por Mangovo (2012), houve gradativa alteração na concepção jurídica da qual se assegurava como estatuto de protetorado uma suposta autonomia política e que se reconfigura em 1950, para o caso de Cabinda^[6], nos processos disparados pelo fim da

Segunda Guerra Mundial e pelas reformas jurídicas do Estado Novo Português, quando as pressões internacionais em prol do fim da dominação colonial nos territórios africanos. De igual maneira, para o caso de Casamance, o estatuto de protetorado destina este território, quando da independência do Senegal, uma desintegração em relação aos outros territórios do que será a República (independente em 1960).

Tais elementos serão determinantes para o entendimento de processos históricos ocorridos na segunda metade do século XX, período em que emergiram de forma plural as lutas anticoloniais, as quais, na busca de uma coalizão, originaram a Organização da Unidade Africana (OUA). Em uma das Resoluções da entidade era possível constatar o princípio da “intangibilidade das fronteiras coloniais” (“*The borders of African States, on the day of their independence, constituent a tangible reality*”), ou seja, as fronteiras dos estados africanos quando independentes constituiriam uma “realidade tangível”, princípio o qual acarreta uma série de conflitos e, a posteriori, serão explicativos da conformação do discurso identitário e nacionalista dos movimentos separatistas de Casamance e Cabinda, a serem debatidos na próxima sessão deste texto.

2. Emergência dos movimentos separatistas

Segundo Diouf (1994) e Gomes (2019), o Mouvement des Forces Démocratiques de la Casamance /Movimento das Forças Democráticas de Casamance – MFDC surgiu em 1947^[7] e teve como bandeira a luta por igualdade em relação às outras comunas da colônia francesa, o Senegal, a saber: Dakar, Saint-Louis, Gorée e Rufisque, apresentando um discurso a respeito do desenvolvimento local e também a solicitação de autonomia econômica. A emergência do movimento insere-se no contexto de criação dos partidos políticos africanos, tal como o *Bloc Démocratique Sénégalais*/Bloco Democrático Senegalês – BDS^[8], sendo um dos seus componentes o Abade Augustin Diamacoune Senghor, posterior líder do movimento de Casamance. Como demonstra Suret-Canale e Boahen (2010), este foi em um contexto ainda de “assimilacionismo”^[9], do qual o Senegal era “colônia exemplar”, em que os partidos políticos foram criados na África Ocidental Francesa. No Senegal, um dos partidos de maior proeminência no período foi o referido BDS, liderado por Léopold Sédar Senghor e Mamadou Dia^[10], movimento que defendia uma “solidariedade vertical” e uma ação comum entre a França e as suas antigas colônias, na forma de um “federalismo ativo”.

No avançar do tempo, entre 1953 e 1954, o BDS requisitou uma revisão constitucional que possibilitasse a construção de uma grande Federação Francesa (Cooper, 2014, p.238). Por “federalismo ativo” entendeu-se uma “descentralização dupla”: da França e dos governos gerais, em benefício das assembleias territoriais, democratizando o sistema. Segundo análise de Elaigwu e Mazrui (2010, p. 529), o BDS soube “[...] transcender os laços étnicos e mobilizar o povo senegalês, em prol da independência”, assim como interpreta que “[...] o caso de Senghor denota, clara e primeiramente, a existência de um nascente, porém dinâmico, processo de edificação da nação, antes mesmo da independência”. No referido processo, é preciso ressaltar as tentativas de manutenção do sistema colonial em outros moldes, tal como ocorre em 1956 com a aprovação da “Loi-Cadre Defferre”: esta concede autonomia (com restrições) aos oito territórios da África Ocidental Francesa, descentraliza a administração de cada um deles, introduz o sufrágio universal, concede autoridade às assembleias territoriais provendo um conselho de ministros e coloca um fim na política de assimilação, ou seja, pavimentou o caminho para as independências (Coleman et al., 1964, p.22). As modificações delineadas por esta lei foram aprovadas por conta dos debates parlamentares provindos do exterior da metrópole, ou seja, dos territórios africanos, muito embora o cenário, em 1956, já estava bastante radicalizado (Birmingham, 2009).

O BDS – a despeito dos outros partidos – impulsionou o projeto que teve protagonismo no processo de independência do Senegal, optando (ao contrário da Guiné Conacry, por exemplo) por uma descolonização através da construção da “Federação do Mali”^[11] (1959), experiência política de curta duração; e que desemboca no desmembramento e criação de dois estados nacionais independentes^[12] (dentro do escopo de uma Comunidade Francesa): o Senegal e o Mali (1960). A República do Senegal, com capital em Dakar, implementou um regime cujo presidente é Léopold Sédar Senghor e primeiro-ministro é Mamadou Dia, ambos oriundos do BDS, dupla que governa entre 1960 a 1963, até a perseguição e cassação de Dia por Senghor, que implementa o unipartidarismo e uma “via do socialismo africano”^[13]. Ao atestar o processo histórico de independência do Senegal, percebe-se que havia, nesta conjuntura (anos 50-60) diferentes grupos disputando protagonismo político e apresentando distintos projetos de nação para o Senegal, para além do BDS, haveria o “Rassemblement Démocratique Africain” (RDA) – cujo choque emblemático é representado pela querela entre Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop (SCHOLL, 2020) – assim como o MFDC, representando o embate de questões regionais, entre o centro administrativo nacional e o enclave senegalês,

a região de Casamance, que é entrecortada pela Gâmbia e faz fronteira, ao sul, com as duas Guiné, Bissau e Conacry.

Portanto, vê-se que o MFDC emerge em um contexto de conformação nacional da República do Senegal, em processo de negociação por sua independência e que havia diferentes grupos em disputa – com pautas distintas. Em paralelo, pode-se perceber que o curso da independência do Senegal foi protagonizado por apenas um grupo – o BDS – que, apesar de um discurso que visava congregar as diferenças políticas regionais (e étnicas), desconsiderou as pautas dos outros movimentos, sobretudo daquele mais afastado do centro que é Dakar, o que acaba por perpetuar o estatuto de cisão de interesses dos habitantes e líderes Casamance em relação à uma administração central.

Ao olhar em paralelo o processo de descolonização francês, considerado no recorte temporal acima (1947-1960), em relação ao que ocorria em Portugal e suas colônias no continente africano, pode-se ver que ao longo da década de 1950, o Estado Novo Português também movimenta-se em relação a uma suposta liberalização do regime: neste período assume como Ministro do Ultramar o Almirante Sarmiento Rodrigues^[14], um dos entusiastas do discurso lusotropicalista^[15], que vai dar os subsídios ideológicos para justificar a continuidade do colonialismo português em África. Concomitantemente, é ao longo da década de 1950 que Portugal realiza internamente uma série de ajustes em sua legislação colonial, buscando alterar sua imagem perante o cenário global (Castelo, 2012), com vista a uma remodelação de sua política externa. Tal desemboca na abertura de espaço para participação em organismos internacionais e na Organização das Nações Unidas, em 1955, ano que expressa uma nova conjuntura política internacional, evidenciada pela Conferência de Bandung – realizada em abril do mesmo ano, o qual estabeleceu a solidariedade entre os povos asiáticos e africanos contra o domínio colonial europeu^[16].

Considerando o contexto das colônias portuguesas, com foco em Angola e no que tange ao caso do Enclave de Cabinda, é no mesmo ano (1955) que o Ministério do Ultramar colocou Cabinda e Angola sob a mesma administração. Embora reconhecendo que de fato se tratava de um mero expediente administrativo, Portugal reafirmava que Cabinda não era Angola, citando a esse propósito que se mantinha o articulado que constava da Constituição portuguesa em vigor (Almeida, 2013, p. 78). Não obstante, existe um fato que se deve dar atenção: na mesma época em que o Enclave de Cabinda foi posto sob a mesma administração de Angola, o recurso do petróleo foi descoberto nas águas litorâneas do Enclave, fato de suma importância para compreender as disputas políticas da região.

Na sequência, ocorre o processo de emergência dos movimentos nacionalistas cabindeses, os quais antecederam a FLEC, que segundo Puna (2019, p. 22), ocorreu em 1958^[17] quando foram criados no Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa o MLEC, o CAUNC e a ALLIAMA, partidos que pretendiam pôr um fim nos acordos com Portugal, de modo a enaltecer uma identidade cabinda própria sem qualquer relação com os portugueses e com claras aspirações independentistas. É nessa conjuntura que o Tratado de Simulambuco, apresentado na primeira secção deste texto, começa a ser articulado como componente da identidade cabinda, consoante ao que ocorria em todo o continente africano no período, momento de efervescência política e surgimento de diversos movimentos em prol da independência dos estados africanos.

Em decorrência deste processo, pode-se dizer que foi entre 2 e 4 de agosto de 1963, na localidade de Pointe Noire no Congo Brazzaville, que foi criada a Frente para Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), a partir da união de três movimentos nacionalistas predecessores: Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), líder Luís Ranque Franque; Comité de Ação da União Nacional de Cabinda (CAUNC), líder Nzita Henriques Tiago e; Aliança Nacional Mayombe (ALLIAMA), líder Antônio Sozino. A FLEC é considerada um movimento guerrilheiro, político e separatista que luta pela independência da região do riba-Zaire/Cabinda em relação a República de Angola. Para o partido, o enclave permanece como um protetorado português instituído mediante a assinatura do Tratado de Simulambuco supracitado. Segundo os líderes da FLEC, o referido tratado atualmente preserva sua legitimação jurídica internacional (Neumann, 2017, p. 16). Os conflitos entre as diversas siglas da FLEC^[18] e as Forças Armadas Angolanas (FAA) ocorrem desde a independência de Angola^[19], transformando as regiões rurais do Enclave de Cabinda em uma zona de guerra.

Em suma, ao olhar para os dois casos, Casamance e Cabinda, considerando os processos de abertura e descolonização das colônias francesas e portuguesas no continente africano, ocorridos ao longo da década de 50, pode-se dizer que a França disparou um debate sobre autonomia política das colônias no escopo do Federalismo (o que serviu de inspiração para o Estado Novo Português justificar seu colonialismo ultramarino) e que os casos específicos aqui analisados (MFDC e FLEC) se assemelham por serem movimentos que emergem em decorrência deste debate da autonomia política ao mesmo tempo em que emergem junto a outros movimentos nacionalistas que se pulverizam, tanto em Angola quanto no Senegal. Concomitantemente, pode-se dizer que esta pulverização de movimentos, em ambos os casos, relaciona-se com questões regionais, que são resultantes da artificialidade das fronteiras dos

estados coloniais e do estatuto jurídico de protetorado, que aparta estes territórios - Casamance e Cabinda - da administração central. Seguindo na análise, pode-se ver que em ambos os casos a guerra colonial portuguesa, nas diferentes colônias (Angola - 1961; Guiné - 1963), incide diretamente no desenrolar destes movimentos separatistas, o que será analisado na sequência, no recorte de análise do discurso identitário e nacionalista.

3. A luta anticolonial e projetos nacionalistas

Considera-se que a conjuntura da Guerra Fria contribuiu para a emergência de manifestações políticas nacionalistas, as quais buscavam apoio político, militar e econômico não só dos EUA ou da URSS, mas também da China maoísta e de Cuba. A partir da década de 1960, as lideranças políticas internacionais perceberam que o campo de batalha ideológico da Guerra Fria na África começava a ter destaque e que os diferentes discursos sobre os nacionalismos das colônias portuguesas estavam em conflito (Westad, 2007, p. 209).

Parte das lideranças dos movimentos anticoloniais entendiam que somente meios radicais poderiam encaminhar a libertação de suas nações, no entanto, haveria outros líderes que acreditavam em uma via pacífica/negociada. Estes mesmos líderes (tanto os radicais quanto os moderados), no momento pós-colonial, mantiveram uma estrutura rígida de controle social a fim de direcionar seus países a uma realidade mais igualitária e com menos influência europeia (Westad, 2007, p. 209), tal como ocorreu em Angola (pela linha “radical”) e o Senegal (pela linha “moderada”).

Nos anos 1960, o Senegal, por meio da presidência de Senghor, optou pelo “não alinhamento”^[20] e utilizava um discurso a respeito da cooperação política dos países do Terceiro Mundo^[21], mobilizando fortemente os debates a partir de Bandung^[22]. Neste contexto, a construção nacional do Senegal foi perpassada pelo debate de uma “via africana do socialismo”, um “socialismo africano” ou uma “africanização do socialismo”, definidos e defendidos por seu presidente, Senghor, desde 1959^[23]. Cabe dizer aqui que o significado de “socialismo” e a leitura do marxismo não eram nem um pouco unívocos entre intelectuais que pensavam os contextos africanos após as descolonizações e independências, assim como não houve univocidade dentro do movimento Pan-Africano.

A “linha senegalesa” criou dissensões com àqueles vinculados ao Marxismo-Leninismo, assim como, naquele momento, aos que se vinculavam, sobretudo, à URSS, cuja crítica dos “não-alinhados” senegaleses calca-se no argumento de que este usuraria as

liberdades^[24] - ao mesmo tempo em que aproxima a URSS dos EUA^[25] (como pólos distintos que operam de uma mesma forma), reiterando um “não-alinhamento”.

Para avançar no debate, que propõe colocar em paralelo o caso de Angola, cujas influências da URSS e Cuba foi nítida, e com o Senegal, cujo não-alinhamento também foi nítido, é importante considerar o que Westad (2007, p. 209) apresenta quando trata que o marxismo “*helped create at least the perspective of a united front against the regimes. It also fueled the hope of creating future states that were modern and just*”^[26]. Segundo o autor, a ideologia marxista encontrou terreno fértil nas regiões onde o instrumento de dominação colonialista usou de categorias étnicas para segregar populações, processo no qual contingentes sociais tiveram seus papéis muito bem delineados^[27]. É neste substrato político da década de 1960 que os discursos nacionalistas a respeito das especificidades de Casamance/Senegal e Cabinda/Angola emergem, o que será analisado na sequência.

Foi o abade Diamacoune Senghor que fundamenta e cria um discurso identitário e que dá as bases ao nacionalismo defendido pelo MFDC. Constata-se que este discurso é fundamentado em uma análise supostamente histórica e étnica da região do Rio Casamance. Em “*Histoire de la Casamance (1645-1960): foi, patriotisme, hommage*”, obra escrita por Diamacoune Senghor, assim como em seus discursos proferidos ao longo da década de 1980, percebe-se usos da história em prol de um “direito histórico e moral” de uma opção separatista por parte da região de Casamance, que, como uma nação “antiga” – ao remeter aos Mansas do Império Mandinga – que teria sido reconhecida pelos diferentes colonizadores europeus que por aquela região transitaram (portugueses, ingleses, franceses). Diamacoune Senghor entende que a empresa colonial dos diferentes europeus que ali passaram confirmaram a unidade cultural, histórica e territorial de Casamance como “velha nação”, o que daria os fundamentos de seu status de estado independente. Na sequência, analisaremos alguns pontos do discurso de Diamacoune Senghor para embasar o discurso identitário e nacionalista casamancês.

Deve-se considerar, previamente, que o MFDC utilizou um argumento legalista que tinha base em documentos de meados do século XIX – período do estabelecimento de franceses no local – em que Casamance nunca teria sido juridicamente integrada à colônia do Senegal. Concomitante ao argumento, este movimento defende uma tradição de resistência a interferências políticas externas: Casamance, enquanto unidade cultural, política e territorial, teria resistido às empreitadas coloniais, em uma sequência histórica, a saber: portuguesas, francesas e, após a proclamação da independência da República do Senegal, às senegalesas.

Esta última, estaria relacionada à luta por separatismo político e justificaria a ação armada do MFDC (após 1980).

Tal narrativa, a respeito de uma tradição de resistência dos povos de Casamance, constrói-se junto a um discurso a respeito da figura heróica de Aline Sitoe Diatta^[28] (1920-1944), mulher de origem étnica Diola, que viveu na região de Casamance e que liderou a resistência à ocupação francesa na região, no período concomitante à Segunda Guerra Mundial. Diatta foi presa em 1943 e levada à Timbuktu, local de seu falecimento. A partir da década de 1980, a sua figura é apropriada para fins políticos e pode-se dizer que na historiografia nacional senegalesa, há diferentes usos de sua figura, tanto da parte do nacionalismo senegalês quanto do casamancês. Deste último, a narrativa refere-se à Diatta desde a primeira manifestação independentista da parte do MFDC, escrita por Diamacoune Senghor e na Conferência, realizada Dakar, em que defende a causa separatista de Casamance e profere o discurso “A mensagem religiosa e cultural da rainha A. Diatta”. No referido discurso, Diamacoune Senghor argui que ela traria o “prelúdio de uma renovação maior” que seria “a da Nação Casamance” que estava em processo de construção não por “armas letais”, mas pela “união de corações e mentes, no desejo comum de uma vida comum”.

Para além do discurso sobre a resistência à colonização francesa, o MFDC sobrepõe a este uma narrativa a respeito de uma resistência à “colonização senegalesa”, que é construída com base no dado de que alguns líderes deste movimento casamancês, como Émile Badiane^[29], participaram nas negociações pela independência do Senegal a qual foi disparada pela criação da “Federação do Máli” e que desembocou na independência da República do Senegal. Em decorrência, Casamance – que segundo MFDC seria um território coeso e “independente” – estaria ligada a esta República provisoriamente, por um período restrito e acordado de vinte anos (Dalberto, 2010).

Cabe dizer que a referida “resistência” à “colonização senegalesa”, durante a década de 60, é sobreposta pela guerra colonial portuguesa em curso no território da Guiné, protagonizada pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGCC. Pode-se problematizar, neste sentido, qual foi o lugar do Senegal – enquanto estado nacional cujo território é fronteiro à Guiné – para o desenrolar da guerra anticolonial, avaliando a capital Dakar como um importante “centro de irradiação”^[30] dos movimentos nacionalistas das Colônias Portuguesas. Podemos considerar, conjuntamente, os distintos alinhamentos, em um mundo que se apresentava polarizado, e que colocam a Guiné-Bissau, o Senegal e a Guiné Conacri - Amílcar Cabral, Léopold Senghor e Sékou Touré - estes dois últimos, em posições

rivais e conformando projetos políticos (inclusive, expansionistas) concorrentes. Sabe-se que a organização do PAIGC não se concentrava na Guiné então “Portuguesa” e havia células importantes em países vizinhos já independentes - mormente nas capitais: Conacri e Dakar.

No entremeio da Guiné e Senegal, estava a região de Casamance. Concomitante a isso, pode-se dizer que a guerra colonial e a questão militar^[31] incidiu diretamente nesta “fronteira porosa” entre a Guiné-Bissau e o Senegal, reverberando, posteriormente, no movimento armado organizado pelo MFDC, o que confluiu com o elemento do suposto “acordo secreto” que dispara a retomada do movimento de resistência de Casamance contra o Senegal - em um período de turbulências geopolíticas regionais^[32] e de troca de gestão presidencial senegalesa^[33] - e desemboca na organização armada do MFDC (1982).

O discurso sobre a resistência à dominação colonial acima analisado, pode ser observado no constructo nacionalista e identitário do movimento cabindês. Vê-se que tal ocorre, tanto para o caso de Casamance quanto para o caso de Cabinda, a partir da década de 60, período em que os movimentos de independência e descolonização estão em plena atividade e articulação, perpassando as múltiplas realidades coloniais no continente africano e que tanto o MFDC quanto a FLEC estavam buscando um posicionamento no entremeio dos outros movimentos nacionalistas (tanto nas colônias portuguesas, quanto nos territórios ao redor).

Considerando o paralelo acima, pode-se ver que os representantes do Enclave de Cabinda, no intuito de derrotar os portugueses, em movimento de resistência, ingressaram de forma imprecisa na luta anticolonial angolana a fim de combater o “inimigo comum” tanto dos angolanos quanto dos cabindas^[34] (TATI, 2019, p. 16). Para aprofundar este caso, serão considerados os dados levantados dos relatórios da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)^[35], datados do início da década de 1960^[36], que explicitam o ambiente no qual conviviam colonos europeus e população indígena portuguesa do Enclave de Cabinda. Embora os documentos, em primeira instância, mostram o ponto de vista das políticas colonialistas e daqueles que na condição de agentes do governo português salazarista tentavam controlar a população do Enclave de Cabinda, perpassa através dos relatos a atmosfera política vivida na região, bem como expressões populares de descontentamento com a atividade colonial. Na mesma linha, pode-se notar a emergência de uma expressão nacionalista em contraste com o colonialismo português o qual, naquele momento, revestia seu discurso com eufemismos dos quais se pode frisar o termo “Província do Ultramar”.

Outro ponto a se dar destaque são as intervenções dos países vizinhos, especificamente o Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa, os quais deram apoio aos movimentos nacionalistas

de Cabinda^[37]. Em novembro de 1960 circulavam boatos que explicitam uma atmosfera de conflito entre os habitantes autóctones com as autoridades e colonos portugueses residentes no enclave. As informações contidas no documento^[38] salientam um provável movimento de revolta entre as populações nativas e, possivelmente, uma consciência coletiva no que toca a uma diferenciação entre os colonos e os indígenas^[39].

Uma informação datada de 3 de novembro de 1960 destinada ao posto da PIDE em Massabi, Angola, relatava o que ocorreu em Ponta Negra logo após as festas de independência do Congo-Brazaville. Na ocasião, segundo consta no documento, o presidente da República do Congo, Abbé Fulbert Youlou, esteve presente recepcionando personalidades influentes daquela região africana, a qual o Enclave de Cabinda fazia parte. Na recepção foram convidadas autoridades portuguesas da localidade de Cabinda bem como comerciantes influentes. Entretanto, no relatório^[40] se faz questão de salientar a indiferença com que as personalidades portuguesas foram tratadas em comparação com os membros do “*Mouvement de Liberation de L’Enclave de Cabinda*” – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda, apresentada no documento com tradução francesa. Os membros do MLEC naquele momento, de acordo com o documento, foram tratados de maneira diferenciada, tanto pelas lideranças políticas da República do Congo quanto pelas autoridades policiais do mesmo país (PORTUGAL, 1960-1961).

Em um dos relatórios da PIDE está anexada uma fotocópia de um panfleto datado de 12 de maio de 1961, do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda – MLEC – direcionado às autoridades portuguesas. Sobre o documento, pode-se perceber que as lideranças do movimento intencionavam se comunicar diretamente com as autoridades coloniais portuguesas, sem qualquer auxílio dos movimentos nacionalistas angolanos. Entretanto, Puna (2019, p. 41) relata as relações que alguns cabindas tiveram com a UPA^[41], importante movimento de libertação de Angola o qual deu origem à FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola. De acordo com o autor, os cabindas chegaram a conclusão de que “seria melhor entrar na UPA”, no intuito de primeiramente “solucionar” a independência de Angola para somente após partir para o caso de Cabinda.

Em suma, os dados analisados reforçam a hipótese de que havia uma relação estratégica dos países recém independentes com os movimentos de libertação em Cabinda, pois, de acordo com bibliografia compilada e informações provenientes dos relatórios, a independência do Enclave de Cabinda fazia parte do roteiro político regional, concomitante aos interesses anticoloniais emergentes no período.

4. Desdobramentos dos conflitos separatistas na história recente (1980-2000)

De fato, o envolvimento da população da região de Casamance na luta de libertação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), assim como a presença dos “combatentes” na região incide diretamente nos conflitos armados que vão ocorrer ao longo da década de 90. Cabe dizer que o PAIGC sai vitorioso da guerra contra os portugueses, no contexto da Guiné, em 1973, tendo a independência reconhecida internacionalmente^[42]. Na Guiné-Bissau é implementado o projeto político do PAIGC e há um discurso em circulação que trata sobre a “cooperação internacional” e que vem alinhado uma retórica sobre a consolidação de relações de amizade e cooperação com todos os estados independente dos seus regimes políticos (Cabral, 1989). Tal política externa objetiva encontrar ressonância internacional e vem ao encontro do Presidente do Senegal, Léopold Senghor, sobretudo no que tange às relações Guiné-Bissau e Senegal: do lado senegalês, há a arguição sobre as possibilidades de cooperação alegando o aspecto da “solidariedade africana” (Senghor, 1976). Neste sentido, tratou-se de construir um relacionamento privilegiado com os países limítrofes, o Senegal e a Guiné, que tiveram papel determinante durante a guerra colonial e agiram em apoio ao PAIGC durante a “libertação nacional”.

Cabe citar que no ano de 1980 ocorreu uma rápida virada no curso histórico da região (Senegal e Guiné): Léopold Senghor renunciou à presidência do Senegal logo na sequência, em Dezembro de 1980, e foi sucedido por Abdou Diouf. Na Guiné, há o Golpe de 14 de Novembro de 1980^[43], quando Nino Vieira assumiu o poder; eventos seguidos da tentativa de golpe na Gâmbia^[44]. Durante a gestão de Abdou Diouf no Senegal, há a reativação de projetos federalistas - remetendo à falida experiência de integração com a “Federação do Mali”, 1959-1960^[45] - e cria-se a “Confederação da Senegâmbia” (1982-1989), agregando em um ente político o Senegal e a Gâmbia a partir de pacto que unia instituições comuns e uma integração das forças armadas e de segurança^[46]. A intensificação de ataques contra as tropas senegalesas por parte do MFDC ocorre com o fim da referida Confederação (1989), que resultou na saída das forças de segurança senegalesas do país vizinho e a situação do conflito em Casamance arrefece em 1990^[47], contexto de fim da guerra fria.

Portanto, o conflito de Casamance, que é corrente até os dias atuais, é melhor entendido através da percepção da porosidade das fronteiras (entre Senegal, Gâmbia e Guiné), o que incide no deslocamento dos combatentes do MFDC, principalmente entre Senegal e Guiné-

Bissau^[48] - elemento que é entendido através da retomada do histórico da formação do movimento e do processo de colonização e descolonização desta grande região - o que, de igual forma, explica a cooperação política entre os governos dos três países, o que incide nas tentativas de paz para o conflito de Casamance^[49]. Concomitantemente, percebe-se que a militarização da região - por conta da guerra colonial e dos sucessivos golpes já na década de 80 - e o subdesenvolvimento da região (por conta do apartamento de Dakar, que concentra os interesses políticos do país) - acabou por desenvolver o narcotráfico, que se tornou a prática mais corrente e lucrativa da região (Diallo, 2009).

Já para o caso de Cabinda, a questão pungente é a do petróleo, elemento que faz com que a região seja muito visada politicamente e alvo de disputas. Neste sentido, a Sonangol é a principal entidade do setor petrolífero de Angola desde sua criação em junho de 1976, sendo a região de Cabinda o principal centro das atividades. No momento anterior à estatização da ANGOL (a qual posteriormente se tornaria a Sonangol) a Cabinda Gulf Oil Company era responsável pelo maior volume de produção. As multinacionais Petrofina e Texaco também extraíam na região (Almeida, 2013, p. 51). Almeida (2013, p. 51) afirma que houve a “criação de um Estado paralelo, centrado na Presidência e na Sonangol”. Os recursos concentrados em Luanda auxiliaram na afirmação do poder na capital, clarificando o que seria um dos motivos da distribuição desigual entre as demais localidades do país. Com o controle absoluto dos recursos do petróleo nas mãos do presidente e a receitas direcionadas para Luanda e seus entornos os desenvolvimentos regionais foram comprometidos, sendo Cabinda a região de maior saliência no que toca a problemática da atividade petrolífera e direcionamento de seus capitais derivados (Mangovo, 2012, p. 154).

Um fator importante para se ter em mente fora o papel das lideranças políticas das nações que circundavam o Enclave de Cabinda, como, por exemplo, o Congo de Mobuto Sese Seko, ditador do Zaire – ou República Democrática do Congo – entre os anos de 1965 e 1997^[50], o qual, segundo Mbah (2010, p. 298) e a FLEC-Estado de Cabinda (República de Cabinda, [20--]), reconheceu a soberania do enclave e apoiou as reivindicações da FLEC. Sobre as dinâmicas do panorama político de Guerra Fria, Bembe aponta os movimentos dos EUA e de Mobutu Sese Seko quanto a situação de Cabinda no contexto das independências em meados da década de 1970. Logo após 25 de abril de 1974, os EUA manifestou que o futuro de Cabinda estaria ligado à Portugal e não à Angola. Pelo outro lado, Agostinho Neto (líder do MPLA) recorreu em 1975 à URSS para que usasse sua influência para impedir as investidas norte-

americanas bem como frear as tentativas anexionistas do Congo de Mobutu. O líder congolês já havia recorrido à OUA na tentativa de anexar o Enclave de Cabinda ao seu país^[51].

O Enclave de Cabinda, segundo conta Stockwell (1978, p. 164), era cobiçado pelo ditador congolês Mobutu Sese Seko desde a sua ascensão ao poder nos anos de 1960. A ganância de Mobutu foi estimulada com mais afincos no final da década, quando o petróleo foi descoberto^[52] na costa de Cabinda. Vendo sua chance em outubro de 1975, Cabinda então controlada pelo MPLA, Mobutu recorreu à CIA a fim de angariar apoio que pudesse levar a anexação do Enclave. De acordo com Stockwell enquanto agente atuante no contexto, foram direcionados mil homens em armas para a invasão da região de Cabinda, alinhado ao trabalho de oficiais da CIA que residiam em Kinshasa (República Democrática do Congo) atuantes nos campos de treinamento da FLEC. O ataque ocorreu em 2 de Novembro de 1975, contra as forças do MPLA auxiliadas por conselheiros cubanos. As forças de Cuba e do MPLA facilmente asseguraram o território do Enclave de Cabinda (Stockwell, 1978, p. 164).

Com base no conteúdo acima explanado, percebe-se a intensa atividade em torno de Cabinda e a ferrenha cobiça pelos recursos do petróleo. Mobutu desde meados da década de 1960 tentava tirar proveito da proximidade geográfica e garantir o petróleo de Cabinda para seu país. Mesmo quando da independência de Angola e início da guerra civil os recursos de Cabinda eram peças fundamentais no tabuleiro político. O petróleo de Cabinda era um recurso indispensável na agenda política e econômica regional. Tanto os EUA quanto a URSS e Cuba agiam no contexto da descolonização de Angola no intuito de garantir o petróleo do enclave para seus aliados. O enclave de Cabinda foi palco de intensas manifestações sociais e alvo de interesses, o plano de fundo geopolítico no qual os movimentos de libertação angolanos e os países vizinhos atuavam era um cenário multipolar da Guerra Fria, ou seja, um complexo tabuleiro político onde colidiam múltiplos interesses com seus próprios protagonismos.

Considerações finais

Ao propor o exercício de comparação entre dois casos de separatismo político presentes atualmente no continente africano: Cabinda/Angola e Casamance/Senegal, foi possível refletir sobre as semelhanças e as diferenças entre as duas regiões, partindo de uma análise que desdobrou a apresentação histórica dos casos, discorreu sobre a emergência dos movimentos separatistas e tratou da relação destes com luta anticolonial e projetos nacionalistas (Angola, Guiné-Bissau e Senegal). Tal exercício possibilitou visualizar e problematizar os desdobramentos dos conflitos separatistas na história recente (1980-2000), refletindo sobre como a guerra fria relacionou-se com os processos regionais de descolonização, construção dos nacionalismos africanos e desdobramentos da guerra colonial portuguesa, atestando, em suma, que as análises tradicionais que dispõe uma dicotomia entre EUA e URSS e que incidem sobre os processos de descolonização/guerra colonial/independências é inadequada para compreender totalmente os processos que ocorreram em África neste período: vê-se que é necessário entender os contextos locais, as agendas pessoais e os conflitos internos (Dallywater e Saunders, 2019). Os dois casos aqui analisados elucidam a multipolaridade em torno dos interesses políticos regionais bem como seus desdobramentos ainda hoje presentes nas duas regiões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eugénio Costa. O Difícil Processo de Definição de Fronteiras e Pertenças Político-identitárias no Debate de Cabinda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 25, p. 65-93, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/849>. Acesso em: 15 maio 2021.
- BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Universidade Cândido Mendes, 2000.
- BEMBE, Miguel César Domingos. *Partilha do Poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e Processo*. 2014. 353 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- BEMBE, Miguel Domingos. Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 20, p. 27-54, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/140>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BEMBE, Miguel Domingos. Partilha do poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e processo. *MULEMBA Revista Angolana de Ciências Sociais*, v. 4, n. 8, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/416>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BIRMINGHAM, David. *The decolonization of Africa*. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.

BRADLEY, Mark Philip. Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919-1962. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. *The Cambridge History of The Cold War*. Cambridge University Press, New York, 2010, p. 464-485.

BURTON, Eric. Hubs of decolonization. African Liberation Movements and the “Eastern” conexions em Cairo, Accra e, Dar es Salamm. In: DALLYWATER, Lena. SAUNDERS, Chris. FONSECA, Helder Adegar. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’: Transnational Activism 1960–1990*. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2019.

CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

COLEMAN, JS e ROSENBERG, C. Jr. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. California: University of California Press, 1964.

DALLYWATER, Lena. SAUNDERS, Chris. FONSECA, Helder Adegar. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’: Transnational Activism 1960–1990*. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2019.

DIALLO, M. A.; FERNANDES, L. N. 2018. O conflito de Casamansa: uma questão de segurança regional na Senegâmbia. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 7, n. 13. 117–136. <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/589/470>>.

DIALLO, M. A.; NUNES, Lito Fernandes. *O Conflito de Casamance: uma questão de segurança regional na Senegâmbia*. Tensões Mundiais (Impresso), v. 7, p. 08-22-8-22, 2012.

DIOUF, M. Sénégal: Les ethnies et la nation. França: L’Harmattan, 1994.

ELAIGWU, J.I. MAZRUI, Ali. *Construção da nação e evolução das estruturas políticas*. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

FADUL, Francisco José. 2002. Casamansa: Província ou Colónia?. *Cadernos de Estudos Africanos*, 2, 43-55.

FAYE, W. *The Casamansa Separatism: from independence claim to ressources*. California: Logic. NPS, 2006.

GINIO, Ruth. *French colonial unmasked: the vichy years in French West Africa*. Lincoln: University of Nebraska Press. 2006.

GOMES, A. R. 2016. *A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa*. Tese de doutoramento não publicada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

LATHAM, Michael B. Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919-1962. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. *The Cambridge History of The Cold War*. Cambridge University Press, New York, 2010, p. 258-280.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II. Lisboa, Edições Colibri, 2011.

MADUREIRA, António Dias. *Cabinda: de Chinfuma a Simulambuco*. Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

MANGOVO, Patrício Munengo. *Angola: Governação Local e Estatuto Especial da Província de Cabinda*. 2012. 326. f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política: Cidadania e Governação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais. Lisboa, 2012.

MANGOVO, Patrício Munengo. Os Desafios da Paz em Angola e as Dinâmicas do Conflito em Cabinda. *Nação e Defesa*, Lisboa, n. 131, p. 91-123, 2012.

NEUMANN, Rui. Contributo Para A Controvérsia Sobre O Tratado De Simulambuco. *CEDIS Working Papers*, Lisboa, n. 2, p. 1-30, out. 2017.

PINTO, Alberto Oliveira. *Cabinda e as construções da sua história (1783-1887)*. Caxinde, 2006.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Independência de Cabinda*. Portugal: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 1960-1961. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3895961>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PUNA, Miguel Maria N'Zau. *Mal Me Querem*. Lisboa: Guerra e Paz, 2019.

REPÚBLICA DE CABINDA. Presidência do Governo. *História de Cabinda*. Cabinda, [20--]. Disponível em: <http://www.cabinda.org/portugues.htm>. Acesso em: 18 maio 2021.

SCHOLL, C. J. A via do socialismo africano proposta por Léopold Senghor: considerações pelas lentes da história intelectual. In: Marçal de Menezes Paredes, Fabrício Antônio Antunes Soares. (Org.). *História intelectual e dos conceitos: a historicidade e suas múltiplas escalas: Europa, América, África*. 1ed. Passo Fundo - RS: Acervus Editora, 2020, v. , p. 211-234.

SENGHOR, L.S. *Um caminho do socialismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965b.

SILVA, Igor Castellano da. *Congo A Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz*. Leitura XXI, Porto Alegre, 2012.

STOCKWELL, John. *In Search of Enemies: a CIA story*. W.W. Norton & Company Inc, New York, 1978.

SURET-CANALE e BOAHEN. *A África Ocidental*. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

TRAJANO FILHO, W. 2016. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. *Estudos IberoAmericanos*, 42(3), 913-943.

WESTAD, Odd Arne. Introduction. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Reviewing the Cold War: Approaches, Interpretations, Theory*. Routledge, New York, 2013, p. 1-42.

[1] Tal como a região de Bolama, na antiga “Guiné Portuguesa”, atual Guiné-Bissau.

[2] Em troca da cedência destes territórios, a França reconhecia a Portugal o direito de exercer a sua influência nos territórios entre as possessões portuguesas de Angola e de Moçambique (Mapa Cor-de-Rosa). A França cedeu a Portugal a região de Cacine, no sul da atual Guiné-Bissau.

[3] O Tratado de Simulambuco foi um documento promulgado em 1 de fevereiro de 1885 entre as autoridades cabindesas e o representante da coroa portuguesa na ocasião, o capitão Guilherme Augusto de Brito Capelo. É oportuno comentar algumas características no que toca ao entendimento desse tipo de documento. Entendia-se como um “Tratado” quando as partes assinantes representavam estados (M'BOKOLO, 2011, p. 361), diferente do que ocorreu em Simulambuco em 1 de fevereiro de 1885. Na ocasião havia um Estado, o Reino de Portugal, e um grupo de autoridades regionais, os “notáveis da terra” (PUNA, 2019) dos antigos reinos do enclave, os quais não representavam um Estado formalmente reconhecido. Por sua vez, os Tratados de Chinfuma e Chicamba podem ser interpretados, de fato, como Tratados, visto que ambas as partes reconheciam os reinos de Kakongo e Loango como Estados. Apesar do Tratado de Simulambuco ter sido enaltecido como um tratado formal, não se pode descartar a hipótese de que talvez para as partes externas, fosse um simples acordo, não um Tratado juridicamente reconhecido (ALMEIDA, 2013).

[4] Há outro fator que teria motivado os chefes daqueles reinos a assinarem os referidos tratados: o sentimento de união e pertencimento a um mesmo grupo étnico (etnia Bakongo e grupo etnolinguístico Kikongo). Esse desejo de união teria se consolidado com a assinatura de um terceiro tratado na localidade de Simulambuco (BEMBE, 2014, p. 29). Foram assinados outros tratados anteriormente ao Tratado de Simulambuco, dos quais se destacam: o Tratado de Chinfuma em 1883 e o Tratado de Chicamba em 1884.

[5] Este marco histórico disparou a delimitação das fronteiras coloniais.

[6] Bembe (2014, p. 37) também argumenta que Cabinda não configuraria um Estado no momento da assinatura dos tratados, embora houvesse um reconhecimento da parte de Portugal de uma organização sociopolítica a partir de Simulambuco. Bembe aponta que existia uma organização bastante estruturada e capacitada para assumir os compromissos que lhe foram cometidos pelos históricos tratados oitocentistas (BEMBE, 2014, p. 37). Nessa linha, o autor em seguida aponta que

“Com efeito, o Tratado de ‘protectorado’ luso-cabinda, então assinado em Fevereiro de 1885, estabeleceu para o futuro, obrigações recíprocas, que comprometiam o Estado Português e às Autoridades Nativas Cabindas” (BEMBE, 2014, p. 37).

[7] Há bibliografias que remetem para 1942 o surgimento deste movimento (SECK, 2005).

[8] Em decorrência da cisão política da Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO), o deputado senegalês Léopold Sédar Senghor une-se a outro deputado senegalês, Mamadou Dia, criando o “Bloc Démocratique Sénégalaise” (BDS). Senghor deu prioridade às zonas rurais e criava laços com as autoridades tradicionais, assim como as islamizadas (COLEMAN, 1964). O BDS era caracterizado como: “uma ‘federação orgânica’ a qual as pessoas poderiam associar-se individualmente ou por grupos regionais ou intermediários, como o fez a Tukolor Union Général des Originaires de la Vallée du Fleuve e o Mouvement des forces Démocratiques de la Casamance, como também o fizeram pequenos grupos étnicos e locais. O partido enfatizava valores e interesses africanos e advogava medidas econômicas e sociais simples que tinham apelo à população rural”. (COLEMAN, 1964, p.20).

[9] Os autores ressaltam estas novas organizações políticas africanas estavam vinculados com os partidos franceses: “Convém, todavia, sublinhar que, contrariamente aos seus homólogos das colônias britânicas, estes partidos estavam associados a partidos franceses, por vezes como o seu prolongamento direto: tal é o caso do Partido Socialista, no tocante ao qual a Federação do Senegal dominaria a vida política desse território até 1948. [...] Frente à contra--ofensiva colonial desenvolvida no curso do verão de 1946, alguns africanos eleitos convocaram uma reunião de todos os partidos políticos em Bamako, em outubro de 1946” (SURET-CANALE e BOAHEN, 2010, p.208-209).

[10] Estes vão liderar o processo de negociação pela independência do Senegal, sendo os líderes da Federação do Mali e do Senegal, 1959-1960.

[11] Os deputados da Assembleia Nacional Francesa pelo Senegal – entre eles, Léopold Senghor e Mamadou Dia - assim como os do Sudão Francês, Alto Volta e Daomé reúnem-se em Bamako e depois em Dakar, para redação de uma constituição com vista de construir uma federação entre os estados da antiga África Ocidental Francesa, o que acaba por tomar forma com o nome de “Federação do Mali”. Esta prometia uma independência com associação à “Comunidade Francesa”. No processo, o Daomé e o Alto Volta saem do projeto, e os representantes do Sudão Francês (representados por Modibo Keita) e do Senegal (representados por Senghor e Dia) agrupam-se no “Parti de la Fédération Africaine” (PFA). Neste contexto, a França abre negociações com os representantes da Federação do Mali para a transferência pacífica da soberania.

[12] Cabe dizer que a Federação do Mali é dissolvida após três meses de existência, por dissidências internas, originando dois estados independentes, o Senegal e o Mali (antigo Sudão Francês). Tal conflito e fragmentação se deve a disputas de poder e concepções políticas distintas, herdeiras do

histórico de fragmentação do RDA. De um lado, Modibo Keita, líder do Mali, alinha-se à Sékou Touré, oriundo do movimento sindical (vinculado ao RDA e tendendo ao marxismo-leninismo), liderando o estado do Mali à experiência da União Gana-Guiné.

[13] Senghor define a via africana do socialismo: esta teria como alicerce um “tríplice inventário” que construiria o “nosso plano de desenvolvimento baseado em contribuições europeias, socialistas e no que houver de melhor na civilização negro-africana” (SENGHOR, 1965, p.8). Com esta análise histórica em vista, o autor desenvolve e defende o conceito de uma “democracia federal” como sustentáculo da “unidade africana” (Senghor, 1965).

[14] Tinha filiação política conservadora liberal e maçônica que apoiou o Estado Novo, foi considerado um homem de tendências de “esquerda” dentro do regime de Salazar. Como ministro, e profundamente conhecedor do Extremo Oriente e África, implementou uma vasta reforma do sistema de administração colonial. Remonta ao seu mandato o início do desenvolvimento do I Plano de Fomento, que decorreu de 1953 a 1958.

[15] O Estado Novo encabeçado por Salazar patrocina a já referenciada viagem do intelectual brasileiro, internacionalmente reconhecido, Gilberto Freyre, pelo território português metropolitano e as colônias em 1951 – o “mundo que o português criou”. A viagem objetivou propagandar uma imagem positiva da colonização portuguesa – endossando a construção teórica do “lusotropicalismo”. Os usos do lusotropicalismo fazem parte do projeto salazarista.

[16] Tal evento reforça o cenário internacional – lançado pela “Carta da ONU” (em 1955) que demarcou a autodeterminação dos povos e foi fortalecida pelo reconhecimento dos processos de independência de países no contexto mundial, tal como a Índia (1947), Indonésia (1949), Líbia (1951), Marrocos e Tunísia (1956) - reiterando fortes pressões anticolonialistas sobre Portugal. Concomitantemente, o estado português remodelava seu discurso para efeitos de propaganda interna – a favor da coesão nacional com base no “desígnio ultramarino”.

Trata-se da conjuntura internacional subsequente à deflagração da batalha de Argel - em janeiro de 1957. Neste contexto, o exército francês procurou exterminar os focos da Frente de Libertação Nacional (FNL) causando um massacre da população civil.

[18] Assim como outrora os movimentos de libertação de Angola disputavam por hegemonia política, as forças de libertação de Cabinda também enfrentam um nacionalismo dividido. Existem três facções da FLEC (as mais reconhecidas atualmente) que conflitam durante anos perante a questão nacionalista do Enclave. Essa clivagem dentro do movimento separatista vem sendo aproveitada pelo Governo de Angola (ALMEIDA, 2013, p. 84). Na década de 1990, três cisões da FLEC se reorganizaram em facções existentes ainda hoje (ALMEIDA, 2013, p. 85): a FLEC-Renovada, a FLEC-Forças Armadas de Cabinda (FLEC-FAC) e a Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC-Estado de Cabinda). Segundo Bembe (2014, p. 158), existiram, pelo menos, treze FLEC's na história do enclave, das quais: FLEC (1963); FLEC/Rouge, liderada por Jean da Costa;

FLEC/FAC, liderada por Nzita Tiago; FLEC/Original, liderada por Mantando Brás; FLEC/Renovada, liderada por Bento Bembe; FLEC/PLATAFORMA, uma junção da FLEC/Renovada de Bento Bembe com membros da sociedade civil; FLEC/Cabinda, liderada por António Luís Lopes; FLEC/Mavungo, liderada por Benício Mavungo; FLEC Nova Visão, liderada por uma dissidência da FLEC/Renovada, Tibúrcio Zinga Luemba; FLEC/CSA, de Liberal Nuno e; FLEC/FP, de Stephane Barros (BEMBE, 2014, p. 158). No entanto, de acordo com o autor, somente duas siglas foram reconhecidas diplomaticamente, a FLEC-FAC e a FLEC-Renovada (BEMBE, 2014, p. 158).

[19] Angola enfrentou desde o momento de sua independência uma complicada guerra civil entre o partido detentor do poder central em Luanda, o MPLA e a UNITA de Jonas Savimbi, devastando o país durante quase trinta anos. O conflito entre os dois partidos somente teve fim em 2002 após a morte do líder da UNITA. Não obstante, outro conflito armado cruza a história de Angola no pós-independência, muitas vezes chamada de Angola's forgotten war – “a guerra esquecida de Angola” – os confrontos envolvendo os movimentos separatistas do Enclave de Cabinda salientam a problemática em torno da construção de um Estado soberano aos moldes conceituais da modernidade ocidental.

[20] Em 1956, em Brioni, na Iugoslávia, foi realizada uma conferência entre Nasser, Nehru e Mal. Tito, que será o prelúdio do Movimento dos Não-Alinhados, criado em 1961. O objetivo era criar um caminho independente no que tange os conflitos entre as grandes potências, na época URSS e EUA. O conceito de Terceiro Mundo está diretamente ligado ao conceito do Movimento dos Não Alinhados. Para o Movimento dos Não Alinhados, o “terceiro caminho” designa também uma nova concepção de economia. Não se busca nem o caminho capitalista nem o caminho comunista da economia. Para Senghor, o caminho seria a construção progressiva do socialismo africano.

[21] A expressão “Terceiro Mundo” foi utilizada em 1952 pelo economista e demógrafo francês Alfred Sauvy, em referência ao terceiro estado do Antigo Regime (remontando à história francesa). Depois foi reapropriada pelo Movimento Não-Alinhado.

[22] Na Conferência de Bandung de 1955 foram debatidos o anticolonialismo, unidade, luta contra o racismo e busca pela paz. Os participantes reivindicam o direito dos povos à autodeterminação e condenam o colonialismo e o apartheid. Eles proclamam a igual soberania dos povos e nações, o respeito pelos direitos humanos e a Carta da ONU e enfatizam a necessidade de cooperação econômica e cultural entre seus países.

[23] O texto “Nation et voie africaine du socialisme” é o marco e constitui uma visão sobre o conceito de “socialismo”.

[24] Neste âmbito, Senghor diz que “o partido veio sufocar o indivíduo pela coletividade, a pessoa pela classe, esconder a realidade por detrás da tela da ideologia” (SENGHOR, 1965 (1959), p.59) e que “a ansiedade pela dignidade humana e a necessidade de liberdade – liberdades individuais e coletivas

– que anima o pensamento marxista e lhe fornece o fermento revolucionário, esta ansiedade e esta exigência são desconhecidas pelo comunismo, cujo maior desvio é o stalinismo” (SENGHOR, 1965 (1959), p.57).

[25] Segundo Senghor: “o paradoxo da construção socialista nos países comunistas, ou pelo menos na URSS, é parecer de forma crescente com o crescimento capitalista nos Estados Unidos, com o American Way of Life, com altos salários, geladeiras, máquinas de lavar roupa, televisores, mas com menos arte e liberdade de pensamento” (SENGHOR, 1965 (1959), p.57) e “Não seremos por isso seduzidos pelo capitalismo liberal e pela free enterprise” (SENGHOR, 1965 (1959), p.57).

[26] TN: “ajudou a criar pelo menos a perspectiva de uma frente unida contra os regimes. Também alimentou a esperança de criar futuros estados que fossem modernos e justos”.

[27] No caso do colonialismo português, o aparato jurídico do Indigenato dividiu as populações entre indígenas e assimilados, estes com acesso à cultura europeia formaram uma camada intelectual, enquanto aqueles, a grande maioria, ainda viviam segundo parâmetros culturais tradicionais (WEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 194).

[28] “Por motivos semelhantes, em 1942, Aline Sitoé, uma jovem de 25 anos, se transforma em figura emblemática da região por incentivar a desobediência à ordem colonial de praticar a monocultura de arroz para a alimentação das forças francesas e a população urbana nas quatro comunas, através de um discurso público” (DIALLO, FERNANDES, 2012, p. 124). Nesta mesma conjuntura, há registrado a atuação de outra líder, cujo nome é Aloendisso Bassène, que segundo Diallo (2009, 2012) realizou famoso discurso tratando da deportação de Aline Sitoé e determinando que a luta continuava: “Casamansa será dos casamanceses” e que os “brancos” e “senegaleses” deveria estar “fora de Casamansa” (DIALLO, 2009).

[29] Durante o período em que Léopold Sedar Senghor esteve no poder (1960-1980), o próprio Badiane foi ministro do “Ensino Técnico e Formação Executiva” e “Ministro da Cooperação” do Senegal até sua morte, em 1972.

[30] Expressão usada por Marcelino dos Santos nas correspondências presentes no Fundo Amílcar Cabral do Arquivo disposto pela Fundação Mário Soares. Esta expressão retirada de fontes, articula-se com as reflexões realizadas a partir da obra de Dallywater e Saunders (2019), na qual os autores problematizam, através de casos, a multiplicidade de conexões entre os movimentos de libertação com o mundo exterior e as complexas geografias e multipolaridades que emergem da busca de apoio destes movimentos (diplomático, financeiro social e treinamento militar). Dentro da referida obra, Burton (2019), o autor lança a ideia de “hub” de descolonização (“Hubs of decolonization”) e avalia o caso específico de Cairo, Accra e Dar es Salaam, no que tange às conexões e colaborações do “oeste”, verificando como se deram negociações com diferentes tipos de Pan-africanismos e entre socialismos rivais e de que forma, nos três casos específicos de “hubs”, estes serviram para

“diversificar e internacionalizar as conexões dos movimentos de libertação e trazem novas mobilidades de pessoas, armas e ideias [TN]” (BURTON, 2019, p.56).

[31] Ao olhar para a cidade de Dakar, Senegal, sob o prisma da supracitada definição de “centro de irradiação” ou “hub” (BURTON, 2019), considera-se o apoio do governo de Dakar ao PAIGC como restrito à recepção de exilados (entre eles, Luiz Cabral, Rafael Barbosa entre outros); permissão de abertura de Bureau da CONCP (gerenciado por Marcelino dos Santos) e do PAIGC; suporte financeiro, material e técnico (sobretudo hospitalar aos guerrilheiros), concessão de passaportes (ao exemplo de Fidélis Almada). De igual forma, foi local de aprofundamento da internacionalização do movimento (foi pelo Senegal que entraram as missões de observação da ONU e OUA). O elemento apontado por Burton (2019) que não é percebido em Dakar/Senegal como hub da descolonização é o militar. Tal pode ser entendido pela orientação política do presidente Senghor e por sua práxis avessa à guerra, por isso, ao ver que Dakar torna-se um Hub, busca influenciar - tal como Burton (2019) também aponta - em algumas diretrizes do projeto de construção nacional (sobretudo no que tange à solução negociada e uma possível via gaullista) assim como visa observar como os “freedom fighters” se movimentam. Assim, pode-se ver as assimetrias que a questão militar incidiu em Dakar e em Casamance, esta última, muito mais implicada na questão militar e no trânsito de armas.

[32] Golpe de 1980 na Guiné-Bissau, golpe de 1981 na Gâmbia.

[33] Léopold Senghor renúncia após 20 anos no poder.

[34] No entanto, a partir do momento da independência de Angola cada um dos movimentos anticoloniais “ceifou para seara própria”, ocasionando o choque identitário entre uma “cabindanidade” contra o projeto de uma angolanidade dispersa entre os três partidos angolanos do MPLA, FNLA e UNITA. O desdobramento desse processo tempestuoso de projetos nacionalistas são os mais de 40 anos de guerra no interior do Enclave de Cabinda.

[35] Os referidos relatórios estão disponíveis no acervo digital da Torre do Tombo em Portugal, código para referência PT/TT/AOS/D-N/001/0003/00003, localização AOS/CO/UL-32A-2 Pt. 3. Informações da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado sobre as seguintes questões: Independência de Cabinda, 1960-1961. (PORTUGAL, 1960-1961).

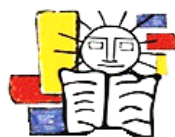
[36] Entre outubro de 1960 a junho de 1961.

[37] No relatório Independência de Cabinda, 21/12/1960, Informação Nº 817/60-GU (PORTUGAL, 1960-1961), há relatos de colonos e empresários portugueses residentes nas proximidades da floresta do Mayombe afirmando que a propaganda independentista na região era feita com mais afinco. No mesmo relatório, oficiais portugueses levantam a hipótese de que era em virtude da proximidade com o Congo – Congo ex-belga ou Congo Kinshasa – que ideias pró independência ganhavam tanto apoio popular na região. Segundo consta no relatório (Independência de Cabinda, 21/12/1960, Informação Nº 817/60-GU. - PORTUGAL 1960-1961), “todos os nativos estão com a ideia fixa da independência”.

- [38] Independência de Cabinda, 10/11/1960, Informação Nº 620/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e aos Ministérios do Ultramar, Interior e Defesa Nacional. (PORTUGAL 1960-1961).
- [39] Segundo o documento consultado: “Em Cabinda, circula uma onda de boatos entre a população nativa, os quais deturpam toda a verdade e dão aso a que a política ultramarina portuguesa seja criticada asperamente, especialmente entre os portugueses naturais daquele distrito que residem em Ponta Negra.” (PORTUGAL, 1960-1961).
- [40] Independência de Cabinda, 26/12/1960, Informação Nº 871/60-GU. (PORTUGAL 1960-1961).
- [41] A relação com o movimento nacionalista angolano faz sentido, uma vez que tanto o MLEC quanto a UPA compartilhavam do mesmo grupo étnico predominante entre a região norte de Angola e Enclave de Cabinda, os bacongos. Em uma das páginas de relatórios da PIDE consta fotocópia de um panfleto da UPA que estava em posse de um indivíduo ligado ao MLEC. Diz-se que o MLEC recebeu recursos da UPA, tanto provisões quanto armamentos. Há perceptível contradição na relação entre os nacionalistas cabindeses com a UPA, segundo algumas informações extraídas dos relatórios da PIDE existiu um canal de comunicação entre os nacionalistas bacongos de Angola com personalidades influentes dos movimentos do Enclave de Cabinda. Puna (2019, p. 42) diz que “melhor seria entrar na UPA”, a fim de resolver primeiro a questão de Angola para depois partir para o problema de Cabinda. A contradição pode ser percebida quando Puna fala mais adiante no seu texto que “O MLEC nunca se quis unir a nenhum movimento angolano” (PUNA, 2019, p. 42).
- [42] A declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, em novembro de 1973.
- [43] Ao contrapor os dois projetos de nação na Guiné (I. Luís Cabral - 1974-1980 e II. Nino Vieira – pós-golpe/1980) Trajano (2016) vai refletir que: “O retorno às origens proposto por Cabral, faria surgir uma comunidade nacional vagamente socialista, igualitária e horizontal gerou expectativa e efervescência, mas também violência e frustração. A esse projeto contrapôs-se a ideia neoliberal de nação, onde cada um poderia, por mérito e esforço próprio, alcançar o devir proposto não por si, mas pelo mercado. O resultado disto foi concentração de riqueza, desigualdade, bem como violência e frustração. Nada muito diferente do projeto rival.” (TRAJANO, 2016, p. 915).
- [44] O golpe será efetivado somente em 1994.
- [45] Segundo Diallo e Fernandes (2012) em concordância com Seck (2005), após o fracasso da Federação de Mali (1959-1960) que uniu Senegal e o Sudão Francês, “o sonho das autoridades senegalesas era realizar uma integração com a Gâmbia”; conferindo ao problema um status de segurança nacional.
- [46] Segundo Diallo e Fernandes (2012), há a interpretação de que este período proporcionou ao Senegal a oportunidade de se ocupar da segurança regional, dando mais atenção (e repressão) aos chamados “rebeldes da Casamansa”. Segundo os autores, durante a conjuntura da Confederação, os conflitos eram de menor calibre.

- [47] O governo senegalês decidiu negociar o primeiro acordo de cessar fogo assinado em 1991, assim como o estabelecimento de uma comissão encarregada de trabalhar para criar condições favoráveis de negociação para a paz (DIALLO, 2009).
- [48] A densa floresta facilita a fuga dos rebeldes enquanto dificulta o acesso das forças armadas do Senegal (DIALLO e FERNANDES, 2012). Segundo Diallo e Fernandes (2012), tal elemento explicaria as repetidas violações do espaço territorial e aéreo da Guiné-Bissau em busca de rebeldes que supostamente atravessam a fronteira para escapar dos bombardeios senegaleses.
- [49] Acordos de paz entre governo senegalês e membros do MFDC somente foram possíveis graças à mediação da Gâmbia e da Guiné-Bissau (DIALLO e FERNANDES, 2012).
- [50] Mais sobre a história do Congo/Zaire vide: SILVA, Igor Castellano da. Congo A Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. Leitura XXI, Porto Alegre, 2012; STOCKWELL, John. In Search of Enemies: a CIA story. W.W. Norton & Company Inc, New York, 1978.
- [51] Adiante, o autor complementa que em 1975 os EUA manifestavam claramente seus interesses econômicos na região de Cabinda. Os norte-americanos tentaram desagregar Cabinda de Angola e entregar a província a Mobutu. Para os estadunidenses, Cabinda estando nas mãos de Mobutu significaria maior segurança dos recursos do petróleo e dos interesses americanos em África (BEMBE, 2014, p. 65).
- [52] Referente a esse dado há divergências dentro da bibliografia, pois existem trabalhos que apontam a descoberta de petróleo em Cabinda em meados da década de 1950 e até mesmo no final do século XIX.

Recebido em: 10/08/2022
Aceito em: 16/08/2022



RLAH
Agosto/Dezembro de 2022